

Sexualidade, gênero e reprodução na juventude ST. 28  
Márcia Stengel  
PUC Minas Gerais  
Palavras-chave: Família – adolescência – gênero

### **“Que família eu quero?” Discutindo a família com adolescentes**

A família contemporânea sofre(u) transformações. Os jovens são duplamente sujeitos nestas transformações: primeiro, por estarem incluídos em uma família de origem, participam da dinâmica familiar e dos aspectos aí implicados. Segundo, estão num momento de construção de uma identidade adulta, que os guiará para um mundo em que projetos devem ser pensados e realizados. Este trabalho pretende discutir como os adolescentes têm vivido e pensado a família, com um recorte na perspectiva de gênero.

A família contemporânea surge a partir de uma série de transformações históricas e sociais. Na família pré-moderna, a própria família era o centro, ou seja, seus membros estavam o tempo todo referenciados a ela. Se por um lado esta família restringe as escolhas pessoais, por outro, oferece familiaridade e proteção, uma posição estável e uma certa identidade. Com o processo de individualização, os laços tradicionais, as crenças e os relacionamentos sociais vão se perdendo e as pessoas vão sendo confrontadas com novas questões. O foco passa a ser o indivíduo e conseqüentemente, é dada a ele a possibilidade de fazer escolhas pessoais. Isso significa, segundo Beck e Beck-Gernsheim (1995), que as biografias são removidas dos seus preceitos e certezas tradicionais, do controle externo e das leis morais mais gerais, tornando-se abertas e dependentes da tomada de decisão e são assinaladas como uma tarefa para cada indivíduo. A biografia padrão é transformada em “biografia de escolha”, com todas as compulsões e “tremores de liberdade” que são recebidas em troca.

Vaitsman (1994) denomina o padrão de família predominante nas camadas médias metropolitanas brasileiras até meados dos anos 1960 como família conjugal moderna, que coincide com o da família “moderna 1” proposto por Singly (2000). Os adultos estão a serviço do grupo familiar e das crianças, cumprindo funções distintas entre homens e mulheres que visem a felicidade do grupo, e a instituição do casamento é valorizada, pois só ela é capaz de garantir a realização destes objetivos. Este modelo de família pode ser definido,

por seus valores, como uma instituição estruturada numa relação de amor e de contrato entre dois indivíduos que decidem livremente pela sua existência, ele também pode ser definido, enquanto prática, como uma instituição estruturada numa divisão

sexual do trabalho, tendo como objetivo a criação e procriação dos filhos (VAITSMAN, 1994, p. 32).

Este modelo recebe a alcunha de “família feliz” por permitir que cada um dos membros seja feliz (SINGLY, 2000). Ela é hoje tomada como referência de família, lembrada com nostalgia e considerada como ideal. Este modelo também é tomado como base para considerar as famílias como estruturadas e não estruturadas. As primeiras seriam aquelas compostas por pai, mãe e filhos, residindo na mesma casa; às segundas faltaria um dos membros, geralmente o pai, e seriam fruto de conflitos e/ou distúrbios na identidade dos filhos.

Por estar estruturada na divisão sexual do trabalho, considerando a mulher como encarnação da vida privada e familiar no imaginário social, Vaitsman destaca que esta família não se constitui como modelo igualitário, mas hierárquico, patriarcal. A desigualdade entre homens e mulheres está claramente presente, sendo que a livre escolha no casamento é antes um princípio do que uma prática. Esse modelo hierárquico era garantido pelas representações do que era ser homem e mulher: a esta corresponderiam características de fragilidade, sentimentalismo, dependência e responsabilidade pelo cuidado da casa e da família; àquele equivaleria fortaleza, racionalidade, dominação, independência e responsabilidade pela manutenção econômica e moral da família.

A partir da década de 1960, os processos de modernização, industrialização e urbanização ganham terreno no Brasil, trazendo mudanças na família. As mulheres passaram a ter maior acesso à educação, buscando mais vagas nas universidades. Conseqüentemente, elas puderam ter uma inserção no mercado de trabalho em postos mais graduados e valorizados, criando condições para que a hierarquia sexual e a sociedade como um todo fossem questionadas. A divisão dicotômica entre público e privado atribuída segundo o gênero passou a ser questionada pelas mulheres. O questionamento trazido pelo movimento feminista, incidiu sobre a família, a sexualidade e a reprodução. A separação entre atividade sexual e reprodução, a possibilidade de uma vida íntima desligada da relação conjugal, o direito ao prazer sexual e a “desnaturalização” do mito da maternidade (BADINTER, 1985) passaram a ser realidades possíveis para as mulheres, ainda que isso não tenha sido vivido por todas as mulheres e de maneira igual.

Os novos movimentos sociais, as novas linguagens de expressão da subjetividade, inclusive com o apoio da psicanálise, os direitos das minorias, todos estes eram

elementos que levavam à emergência da problemática do “outro”, o que, no âmbito das relações de gênero, expressou-se na constituição das mulheres como sujeitos, indivíduos, desafiando discursos e práticas patriarcais (VAITSMAN, 1994, p. 70).

Vaitsman destaca que “a própria modernização, ao estimular valores universalistas, igualitários, empurrou as mulheres para o mundo público e solapou os pilares da estratificação de gênero e do individualismo patriarcal” (VAITSMAN, 1994, p. 60). Esta é uma contradição do processo de modernização, já que este se pautava na separação entre o público e o privado e na desigualdade sexual. Houve um duplo movimento: o aprofundamento da modernização impulsionou a participação das mulheres no mercado de trabalho e esta aprofundou a modernização.

Desta forma, a família conjugal moderna entra em crise ao deixar transparecer os conflitos entre os valores igualitários e as práticas hierárquicas, ou seja, a crise nas relações de gênero leva a uma crise desta família. Assim, “assistiu-se a um movimento não de modernização da família, mas sim de crise e transformação da típica família moderna” (VAITSMAN, 1994, p. 17).

Para Singly, neste momento surge um modelo de família denominado de “individualista e relacional” ou “moderna 2”. Esta família “corresponde à instauração de um compromisso entre as reivindicações dos indivíduos em se tornarem autônomos e seus desejos de continuar a viver, na esfera privada, com uma ou várias pessoas próximas” (SINGLY, 2000, p. 15). A família “moderna 2” não é um rompimento radical em relação à “família moderna 1”, mas uma extensão na medida em que se tem uma ênfase maior ainda no amor, ou seja, agora o amor é condição e justificativa para que os cônjuges permaneçam juntos, dando mais atenção ainda às crianças. O processo de individualização ganha maior importância, transformando a família em um espaço privado a serviço dos indivíduos e tendo como elemento central os membros que a compõem e não mais o grupo reunido como na “moderna 1”.

Na família individualista e relacional é o processo de individualização quem determina sua permanência e sua instabilidade. Em contraposição com o modelo de família precedente à década de 60 em que a duração do casamento era determinada pela morte de um dos cônjuges, aqui a duração é marcada pela presença do amor e pelo desejo de estar em uma determinada relação. Este fator aponta paradoxalmente para sua fragilidade por não ser possível saber antecipadamente a duração de sua existência, e para sua força, pois há um desejo de união pela maioria das pessoas (SINGLY, 2000). Vaitsman, por sua vez, propõe pensar a família pós-anos

60 como pós-moderna, com a ressalva de que “não se trata de um novo modelo de vida familiar nem o próximo estágio numa ordem progressiva na história da família, mas o estágio em que se rompe a crença numa progressão lógica de estágios” (VAITSMAN, 1994, p. 52). Tendo como características o caótico, a efemeridade, a fragmentação, e a descontinuidade, o pós-modernismo aceita a coexistência e a mistura de códigos e de mundos, reconhecendo a heterogeneidade que existe na sociedade contemporânea. Por isso, a autora sugere o termo para pensar a família atual, na medida em que não há mais um modelo singular ou com características únicas. Há uma gama de possibilidades legítimas para viver as relações afetivo-sexuais, podendo essas coexistir, colidir ou interpenetrar-se.

Pautando-se no individualismo, a família contemporânea, mesmo em sua diversidade, baseia-se nos princípios do amor romântico e a partir de agora, o casal deve seguir um código introjetado e próprio, em que as soluções devem ser buscadas a cada situação, e não mais um código exterior.

A idéia de contrato conjuga-se perfeitamente com a idéia de “biografia de escolha”. Se o indivíduo está todo o tempo fazendo escolhas em sua vida e assim construindo sua biografia, não é possível que haja um contrato firmado entre o casal *a priori* e que seja permanente. A cada escolha que os indivíduos fazem, as regras do casamento têm que ser refeitas para que haja uma acomodação da vida a dois. As decisões se dão em diversos níveis, desde as questões mais cotidianas até questões a longo prazo. Entretanto, essa liberdade de escolha esbarra no outro. Como conciliar duas biografias de escolha? É possível não entrar em conflito com o desejo do outro? Como viver um relacionamento em que as bases têm de ser refeitas cotidianamente? O resultado é previsível: haverá um aumento na possibilidade de haver discordância entre o casal. E quanto mais complexas forem as decisões a serem tomadas, maior a probabilidade de que levem a discórdias. Pode-se dizer então que esse modelo familiar leva a um grau muito mais elevado de tensão do que o modelo tradicional. As discordâncias presentes nesse modelo de casal, que seriam nada mais que incongruências inerentes a qualquer relacionamento, transformam-se em dificuldades pessoais; os problemas afetivos são vistos como dramas pessoais. Isto porque as demandas do mundo externo são colocadas de lado e o mundo considerado é aquele criado com base no amor de um pelo outro, um espaço fechado e individualizado.

Salem (1989) propõe explicar o aumento no número de divórcios e separações nos últimos anos pela sobrecarga de expectativas impostas ao casamento pelos parceiros. De fato, segundo a autora, a separação não é fim, mas novo começo de um casamento e de novas promessas de completude. Na busca por esta completude, serão gerados sentimentos de desamparo e de desorientação. Ao buscar uma saída para essa situação, o indivíduo será levado a um desejo crescente e a uma busca incessante por uma família, pois quanto mais a fundação objetiva da vida desintegra, o “imaginário” torna-se mais proeminente no relacionamento entre gerações. A família, então, passa a ser um refúgio no qual o sentimento de desabrigo interno parece mais suportável, um refúgio a um mundo que parece estranho e inóspito (LASCH, 1991).

Estas transformações familiares e suas configurações estão presentes no cotidiano dos adolescentes, por estarem inseridos em sua família de origem. Além disso, por a adolescência poder ser definida como um tempo (psíquico, psicológico e sociocultural da puberdade) e um trabalho (essencialmente psíquico de integração dos novos dados que a puberdade inaugura na história do sujeito) (BIRRAUX *apud* FERRON, 1992), o jovem passa a fazer projetos para seu futuro, o que inclui aí um projeto de família. Deste modo, a adolescência tem seu *status* modificado pelos processos de individuação e autonomização, que redefinem relações intra e intergeracionais, como também por atributos de seus pertencimentos de gênero, classe e raça/etnia. Estas relações também apontam para a vivência de modelos familiares.

Considerando a adolescência como uma fase em que o indivíduo começa a viver de maneira mais plena a sua sexualidade/afetividade e testar diversas relações, muitos projetos idealizados se relacionarão com a experiência atual, que fornecerá subsídios para uma vida futura. Neste sentido, podemos pensar que as relações de gênero que atravessam a vida dos jovens influenciarão direta e indiretamente a vivência e a perspectiva familiar. É a partir daí que pretendo discutir a família na perspectiva de duas adolescentes de 16 e 17 anos, das camadas médias de Belo Horizonte. A escolha aqui por estas jovens deve-se ao fato de pertencerem a uma família nuclear, porém seus pais moram em outra cidade. Desta forma, podemos pensar em especificidades na dinâmica familiar.

Dentre os projetos de vida das entrevistadas, dois têm destaque: o profissional e o afetivo. O primeiro se refere ao desejo de ter uma carreira profissional bem sucedida, fruto de um curso superior, que também proporcionaria uma situação financeira estável. O segundo

projeto diz respeito a casar, ter filhos e constituir uma família, e articula-se com o primeiro na medida em que este é seu pré-requisito.

A família idealizada é a nuclear, com a presença marcante do amor entre os cônjuges – “é muito bom a pessoa encontrar a sua alma gêmea” – e a existência de filhos, em um “casamento para sempre”. Interessante notar que, apesar das várias possibilidades familiares colocadas atualmente, o modelo nuclear é o único cogitado pelas jovens, correspondendo a pesquisa anterior (STENGEL, 2003).

Entretanto, há uma tentativa de rompimento com os papéis tradicionais de gênero. A responsabilidade pelo cuidado da casa e da família é tradicionalmente feminina, fazendo com que as mulheres tenham que conciliar trabalho e atividades domésticas. Trabalhos em locais distintos ao da moradia ou que exijam viagens constantes são ofertados mais aos homens. Isto corresponde à realidade das entrevistadas, que têm pais que trabalham em cidades diferentes da residência familiar, o que faz com que eles estejam em casa no máximo quinzenalmente. Luciana<sup>1</sup> projeta seu futuro como o pai. Ela deseja ser veterinária e viajar com frequência a trabalho. Para tal, pretende ter um marido que permaneça na cidade, trabalhando e cuidando dos filhos. Joana é taxativa quanto à questão financeira: “não quero ninguém me sustentando. Hoje em dia parou com esse negócio, a mulher tem que trabalhar e sustentar também”, ainda que esta não seja sua realidade familiar, pois a mãe não trabalha fora porque o pai não gosta.

O exercício da maternidade parece estar mais pautado em padrões tradicionais, com a responsabilidade maior pelos filhos sendo da mãe. Ainda que Luciana não pretenda estar cotidianamente com os filhos, ela afirma a importância da presença materna. Joana reitera dizendo que “mãe é mais preocupada” que pai e que uma boa mãe “tem que tá presente, porque você não sabe quê que vai acontecer” com o filho.

A ausência cotidiana dos pais não é vista como problema para as entrevistadas. Luciana, que caracteriza o pai como “mais de antigamente”, acredita que sua vida fica facilitada com a distância do pai por ter mais liberdade. Já Joana sente-se aliviada, já que sua relação com o pai é conflituosa. Por estas características, as mães são vistas como agentes de autoridade: “a chefe da família é ela, porque ela que trabalha e cuida da casa.” (Luciana). Apesar disso, quando há um pai presente em casa, a autoridade é alocada nele – “como o pai tá sempre presente, o pai parece ser a figura que mais manda” (Luciana).

Podemos perceber que os papéis de gênero são pensados e vividos com ambigüidade pelas adolescentes, o que também marca suas perspectivas de projetar uma família própria. Podemos perguntar: esta ambigüidade é fruto da experiência pessoal ou há uma tentativa efetiva por parte delas em romper com estes padrões mais tradicionais? Por que o modelo de família nuclear ainda é tão idealizado pelos jovens? Por que os adolescentes, de modo geral, não cogitam outras configurações familiares, já que estas estão tão presentes em seu cotidiano?

O que podemos afirmar é a importância dada à família e o espaço significativo que esta tem na vida dos jovens, tanto no que diz respeito à família de origem quanto aquela projetada por eles em seu futuro.

## Referências

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECK, Ulrich and BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press, 1995.

FERRON, Christine. Evolution de l'image du corps à l'adolescence. *Bulletin de Psychologie*, Tome XLVI, n° 409, nov/dec 1992.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALEM, Tania. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 9, vol. 3, fevereiro, 1989.

SINGLY, François de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers, SINGLY, François de e CICCHELLI, Vincenzo (orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 13-19.

STENGEL, Márcia. *Obsceno é falar de amor? As relações afetivas dos adolescentes*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

---

<sup>1</sup> Os nomes das entrevistadas são fictícios.